



## EEA GRANTS – PROGRAMA AMBIENTE – SISTEMA DE REEMBOLSO DE DEPÓSITO PARA GARRAFAS DE BEBIDAS E LATAS

### ALFÂNDEGA DO PORTO

Exmo Senhor Embaixador da Noruega, Anders Erdal

Cara Senhora Secretária Geral do Ambiente, Alexandra Carvalho,

Cara Senhora Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão do Programa EEA Grants,  
Susana Ramos,

Cumprimento também todos os representantes dos projetos apoiados pelo Programa  
Ambiente dos EEA Grants,

Caros convidados,

Na semana passada tive a oportunidade de passar em revista algumas fotografias do  
meu tempo de adjunta no Gabinete do Senhor Ministro – na altura ainda era “só”  
Ministro do Ambiente – e deparei-me com fotografias do primeiro momento de  
interação da equipa do Ministério e a equipa do painel de inovação do programa EEA  
Grants. Ainda estavam connosco o André, o António Ventura, e o João Sarmento.

Lembro-me perfeitamente desse dia, do nosso “pitch” de projetos, que traduziam a  
visão integrada de descarbonização, valorização do território e economia circular.  
Lembro-me também do excelente feedback que obtivemos do painel consultivo dos  
EEA Grants, das recomendações e das sugestões. E do suporte da nossa Unidade de  
Missão e especialmente da Secretaria Geral do Ambiente, e parte dessa equipa está



aqui hoje, a quem só posso manifestar o meu apreço pela paciência, apoio, e entusiasmo acima de tudo.

Foi o primeiro passo. Estávamos, em 2016. E hoje é mais um passo, dos muitos que já demos, em torno dos três objetivos operacionais concretizados em 7 avisos e três projetos pré-definidos:

A promoção da Economia Circular, do qual este projeto faz parte, com uma dotação de cerca de 12 milhões de euros, onde apoiámos a redução do uso de materiais, energia e água no setor da construção e a redução do lixo marinho. Na valorização do território, com uma dotação de 2.2 milhões de euros e apoiamos as reservas da biosfera. Na Descarbonização da Sociedade, com uma dotação de 11,7 milhões de euros, em medidas de adaptação, em soluções tecnológicas de baixo carbono e de mitigação às alterações climáticas em cidades.

Senhoras e Senhores,

De manhã tive o privilégio de estar presente na apresentação do projeto irmão destes projetos de sistemas de depósito, sendo que esse financiado pelo Fundo Ambiental.

Em conjunto, todos estes projetos veem ao encontro da nossa ambição, que também é a ambição da União Europeia, de avançarmos para uma economia circular.



A Diretiva sobre os Plásticos de Uso Único e a Diretiva Resíduos – atualmente a ser trabalhada a sua transposição para o nosso sistema nacional – trazem consigo uma disrupção que temos o dever de acompanhar, porque a competitividade da economia nacional também se faz de bem-estar social e de preservação do sistema ambiental.

Mais: é a base de tudo. Bom, e o que estas Diretivas nos trazem?

- É dada prioridade aos produtos reutilizáveis, sustentáveis e não tóxicos, bem como aos sistemas de reutilização, face aos produtos de utilização única.
- Temos de estabelecer sistemas de reembolso de depósitos e metas de recolha seletiva para os respetivos regimes de responsabilidade alargada do produtor.
- Temos de garantir a recolha seletiva de 77% em peso de garrafas PET até 2025. Valor que passa para 90% até 2029.
- Até 2025, as garrafas de plástico de uso único em PET terão de conter, no mínimo, 25% de plástico reciclado, percentagem que irá passar a 30% uns meros cinco anos depois
- E temos importantes objetivos de reciclagem: 50% até 2025. E 60% até 2030. E 65% até 2035. E tudo isto com a obrigatoriedade de um sistema de recolha de biorresíduos, uma nova metodologia de contabilização, que olha para a efetiva



valorização material onde ela tem de ser vista – no reciclador – e aferida face ao total dos resíduos que são produzidos e não apenas os recicláveis.

É muita transformação em muito pouco tempo. O mundo complexificou-se, mas nós simplificámos. Apostámos na separação a jusante, mais longe do consumidor. Mas assim apenas conseguimos valorizar materialmente 30% dos resíduos que geramos.

Houve um tempo para soluções perfeitas, ponderadas, adaptativas. Esse tempo esgotou-se. Porque nenhum destes objetivos poderá ser alcançado, enquanto a recolha indiferenciada representar 80% da recolha de resíduos urbanos a nível nacional.

Nada disto poderá ser alcançado, se não obtivermos fluxos materiais de qualidade para serem absorvidos pelo mercado – algo que melhora substancialmente com uma recolha dedicada, para a qual estes projetos irão certamente contribuir.

Nada disto poderá ser alcançado, se continuamos a subir na produção de resíduos urbanos per capita, e a ignorar questões como os desequilíbrios de mercado entre matérias primas e matérias primas recuperadas.

Nada disto poderá ser alcançado, enquanto as soluções na base da hierarquia de gestão de resíduos, como o aterro e a valorização energética, forem mais baratas relativamente à reutilização e reciclagem.



Nada disto poderá ser alcançado sem que os cidadãos percebam o valor económico associado à prevenção e à separação.

Nada disto poderá ser alcançado sem que os agentes envolvidos neste sistema - os produtores, o Estado, os sistemas, as entidades gestoras, os municípios, o cidadão - se comprometam com esse objetivo.

A dimensão deste desafio é incontornável. Temos de encontrar sinergias e rentabilizar esforços. Temos de repensar os instrumentos de política. Temos de ser mais assertivos junto do cidadão. Agora, já e não apenas a pensar no horizonte 2030.

Senhoras e Senhores,

Há números que nos continuam a impressionar. Mas talvez não gerem tanto impacto porque parece algo longe e distante, que não nos afeta. Nada mais longe da verdade.

A cada minuto são vendidas 1 milhão de garrafas de plástico em todo o mundo.

Das 78 milhões de toneladas de embalagens de plástico produzidas anualmente, apenas 14% são recolhidas para reciclagem e apenas 10% é efetivamente reciclado.

Menos de metade das garrafas de plástico são recolhidas para serem recicladas e apenas 7% é efetivamente transformada em novas garrafas.



Entre 5 a 13 milhões de toneladas de plástico são despejadas, todos os anos, nos oceanos.

Até 2040, se falharmos na ação, o volume de plástico no mercado irá dobrar, o volume anual de plástico no oceano irá praticamente triplicar, e o stock de plástico no oceano irá quadruplicar.

Não podemos dizer que queremos um caminho “verde”, desde que o mesmo seja feito em cima de uma base “cinzenta” de business as usual. Temos de, globalmente, assumir a responsabilidade sobre os impactos da totalidade do ciclo de vida dos produtos ou serviços; o que, por sua vez, significa mudar o modo de planear, produzir, vender, consumir e regenerar (reduzir, refazer, recuperar). Só assim mudamos, ao invés de apontar responsabilidade a terceiros.

Em suma, este é o momento. Estamos no início de uma década, com muito trabalho pela frente, encabeçado pelo nosso compromisso de neutralidade carbónica em 2050. E, naturalmente, contamos também com o apoio do Programa dos EEA Grants para lá chegar.

Termino, tal como o fiz nesta manhã, replicando uma frase que li algures e que ficou: *“Nenhum de nós em particular vai salvar o mundo. Mas mudar o mundo não é a mesma coisa que o salvar”*.



Não precisamos de alguns portugueses a reduzir, a reutilizar e a reciclar exemplarmente, mas precisamos, certamente, de 10 milhões de portugueses a reduzir, reutilizar e reciclar, mesmo que seja de modo imperfeito.

Muito obrigada.